

ATIVISMOS, TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E PARTICIPAÇÃO NO LARGO DA BATATA

ACTIVISMS, EDUCATIVE TERRITORIES AND PARTICIPATION ON POTATE SQUARE

ACTIVISMOS, TERRITORIOS EDUCATIVOS Y PARTICIPACIÓN EN EL LARGO DE LA PATATA

Fernanda Castilho

Doutora, professora da UPEP/CEETEPS e PPGPCM/UFSCar

<https://orcid.org/0000-0003-2301-0554>

E-mail: fernandacastilho.prof@gmail.com

Richard Romancini

Doutor, professor da ECA/USP

<https://orcid.org/0000-0002-1651-5880>

E-mail: richardromancini@usp.br

RESUMO

Este estudo analisa como coletivos urbanos organizam ações de ocupação e transformação do Largo da Batata em São Paulo. Utiliza conceitos como cidades e territórios educativos para explorar direitos coletivos de viver, processos de significado e construção de identidades nos espaços públicos (Gadotti, 2006; Gehl, 2010; Marino, 2023). Propõe uma cidade educadora e sustentável, com participação democrática ativa e práticas político-econômicas alternativas (Harvey, 2012). A metodologia qualitativa inclui entrevistas, observação participante e análise de redes sociais, realizadas sistematicamente durante um ano e longitudinalmente por quase dez anos. Os resultados revelam diversas estratégias de mobilização e ações na praça, como plantio de árvores e protestos, contribuindo para o paradigma urbano do programa ONU-Habitat.

Palavras-chave: Cidade; Educação; Ativismos; Coletivos Urbanos; Mídias digitais.

ABSTRACT

This study analyses how urban collectives are organizing actions of occupation and transformation of the Largo da Batata in São Paulo. It uses concepts such as educational cities and territories to explore collective rights to live, meaning processes and identity building in public spaces (Gadotti, 2006; Gehl, 2010; Marino 2023). Proposes an educational and sustainable city, with active democratic participation and alternative political-economic practices (Harvey, 2012). The qualitative methodology includes interviews, participant observation and social network analysis, conducted systematically for one year and longitudinally for nearly ten years. The results reveal various mobilization strategies and actions in the square, such as tree planting and protests, contributing to the urban paradigm of the UN-Habitat programme.

Keywords: City; Education; Activisms; Urban Collectives; Digital media.

RESUMEN

Este estudio analiza cómo colectivos urbanos están organizando acciones de ocupación y transformación del Largo da Batata en São Paulo. Utiliza conceptos como ciudades y territorios educativos para explorar los derechos colectivos de vivir, procesos de significado y construcción de identidades en los espacios públicos (Gadotti, 2006; Gehl, 2010; Marino 2023). Proponer una ciudad educadora y sostenible, con participación democrática activa y prácticas político-económicas alternativas (Harvey, 2012). La metodología cualitativa incluye entrevistas, observación participante y análisis de redes sociales, realizadas sistemáticamente durante un año y longitudinalmente durante casi diez años. Los resultados revelan diversas estrategias de movilización y acciones en la plaza, como plantación de árboles y protestas, contribuyendo al paradigma

urbano del programa ONU-Habitat.

Palabras-clave: Ciudad; Educación; Activismos; Colectivos Urbanos; Medios digitales.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Largo da Batata é um espaço urbano de entroncamento entre vias importantes da cidade de São Paulo. Além de seu valor simbólico que merece ser observado, trata-se de uma das “praças” que mais sofreu processos de renovação ao longo do tempo, representando a própria identidade mutante dessa metrópole. Tornar o Largo da Batata num ponto turístico foi uma ideia do poder público local¹ vista pelos diversos ativistas – que lutam pela sobrevivência do lugar como local de convivência – como uma ação positiva em alguns sentidos e negativa, em outros.

A principal vantagem seria o reconhecimento simbólico da história de ocupação do território e de suas vivências populares. Isso coincide com as principais pautas dos ativistas que fundaram os coletivos urbanos como *A Batata Precisa de Você* e *Batatas Jardineiras*, criados em 2013 e 2014, respectivamente. Valorizar as origens do bairro, organizar ações de ocupação mais humana do espaço público e zelar pelo patrimônio, são os principais objetivos desses grupos.

Por outro lado, a divulgação (especialmente midiática) tanto da praça, como do bairro de Pinheiros, onde está localizada, colaborou para que a especulação imobiliária afastasse os antigos moradores, dando lugar a novas tribos urbanas, colaborando para gentrificação do local (Hori, 2017). Trata-se de um processo social e econômico que envolve a transformação de um bairro ou área urbana anteriormente de baixa renda em um local mais atrativo para pessoas de classe média ou alta. Essa gentrificação acabou resultando também em transformações na infraestrutura e no ambiente urbano. O chamativo arranha céu espelhado, inaugurado em 2022, de uso comercial, exemplifica essa tendência.

Em termos de usos e consumos midiáticos, uma alternativa encontrada pelos ativistas foi desenvolver um conjunto de estratégias comunicativas, principalmente nas redes sociais, para subverter a imagem da praça apenas como ponto turístico ou de

¹ Uma matéria sobre a possível internacionalização desse espaço foi publicada pela revista *Veja São Paulo* indicando que o poder público (administração municipal) havia instalado placas em inglês apontando a localização da *Potato Square*. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/agora-e-oficial-sp-tem-batata-square/>

passagem, apresentando-o como espaço para convivência social, resgatando suas origens. As páginas criadas nas redes como Instagram e Facebook são exemplos de como esses grupos se comunicam e organizam suas ações coletivas. Marcar encontros para realização de atividades (eventos culturais e educativos ou tardes de trabalho coletivo em prol do espaço), divulgar matérias relacionadas ao bairro ou discutir a utilização inadequada da praça são possibilidades observadas nos espaços on-line. Assim como outros movimentos sociais, a participação desses segmentos bem-educados da classe média nos chamados “coletivos urbanos” se amplia com a utilização das mídias digitais de maneira estratégica para mobilização e divulgação de suas causas.

Na verdade, esses ativismos on-line são capítulos mais recentes de uma longa trajetória de lutas pelo “direito à cidade”, ideia que, embora seja pouco conhecida no senso comum, existe desde pelo menos a década de 1970 no Brasil. Neste sentido, podemos notar que os movimentos sociais urbanos conseguiram algumas vitórias, como a Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001², conhecida como *Estatuto da Cidade*, que “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001, art. 1, parágrafo único). Segundo Rolnik (2013), esta lei visava fortalecer o planejamento local e a gestão do território em direção ao desenvolvimento urbano mais equitativo e sustentável³.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que esforços coletivos ampliam a noção de cidadania, colaborando para tornar a cidade num espaço educativo, pensando no conceito de cidade educadora (Gadotti, 2006). Uma cidade desse tipo procura se adaptar a novos paradigmas urbanos como os alicerçados pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat). O documento “The city we need 2.0: towards a new urban paradigm”, que sistematiza princípios desse novo paradigma, destaca que: “a educação é a base para uma cidade inclusiva que aprende e inova”⁴ (World Urban Campaign, 2016, p. 22).

É nesse caminho teórico que sintetizamos três objetivos empíricos neste trabalho:

² Disponível para consulta em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm

³ Para as origens e lutas relacionadas com esta lei, ver Fernandes (2007) e Earle (2017).

⁴ Tradução nossa do original: “Education is the foundation to an inclusive city that learns and innovates”.

(1) Observar e sistematizar quais são as estratégias de mobilização midiática de dois coletivos que defendem o Largo da Batata, os já mencionados *A Batata Precisa de Você* e *Batatas Jardineiras*, e quais ações foram implementadas a partir dessa mobilização; (2) Analisar se essas mudanças planejadas nas redes sociais ajudam a cidade a se adaptar ao novo paradigma urbano de acordo com os objetivos e princípios das Nações Unidas (UN-Habitat), conforme explicitados no documento mencionado; (3) Por fim, avaliar se podemos dizer que estes coletivos colaboram no sentido tornar a cidade mais educativa.

PARADIGMAS URBANOS: SÃO PAULO E SUAS FACETAS

São Paulo é a uma das maiores cidades do mundo, com quase 12 milhões de habitantes e densidade demográfica de 7,3 hab/km²⁵. Costuma-se dizer que nela podemos observar todas as novidades mundiais, especialmente em termos de consumo e cultura, mas que a má qualidade de vida que a cidade oferece é um dos principais pontos negativos dessa metrópole.

Assim como em outras grandes cidades latino-americanas, o que predomina em São Paulo é um planejamento urbano que negligencia a dimensão humana, como aponta Jan Gehl (2010, p. 3): “As ideologias de planejamento predominantes – o modernismo em particular – têm dado baixa prioridade ao espaço público, ao pedestrianismo e ao papel do espaço urbano como um local de encontro para os moradores urbanos”⁶. O planejamento urbano privilegiou o transporte veicular individual, a cidade possui diversos tipos de obstáculos para os pedestres, poluição sonora e visual, inúmeros riscos de acidentes com calçadas irregulares, postes de luz com cabos baixos e aparentes, riscos para a saúde, como acúmulo de lixo doméstico nas ruas, dois grandes rios que cortam a cidade e possuem altos níveis de poluição, tornando a cidade fétida e com insetos que transmitem doenças. Infelizmente, como reitera Gehl (2010, p. 3), estas “condições vergonhosas são comuns para os moradores de cidades na maioria das metrópoles do mundo”⁷.

Diante das condições de uma cidade opressora, encontrar espaços de convivência é uma constante luta dos moradores. São Paulo possui alguns grandes e agradáveis

⁵ De acordo com dados do IBGE, disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>

⁶ Tradução nossa do original: “Dominant planning ideologies – modernism in particular – have specifically put a low priority on public space, pedestrianism and the role of city space as a meeting place for urban dwellers”.

⁷ Tradução nossa do original: “disgraceful conditions are typical for city dwellers in most of the world’s cities”.

parques como Ibirapuera, Villa Lobos, entre outros, mas seu número é insuficiente considerando o número de habitantes. Na verdade, a cidade tem aproximadamente 12,4 metros quadrados por habitante de espaço verde público, mas a sua distribuição não é equitativa (Welle, 2016). Assim, cada vez mais a população vem se reunindo em grandes avenidas, como a Av. Paulista, que durante os dias de semana é um dos centros financeiros do país e aos fins de semana se tornou um espaço de convivência de diversas tribos urbanas e subculturas juvenis, especialmente pela quantidade de espaços culturais ali localizados.

As grandes praças também voltaram a ser espaços de encontro importantes, como a praça Roosevelt e o Largo da Batata. Porém, não há investimento suficiente em políticas de inclusão social e alguns destes lugares passaram a ser moradia de pessoas em situação de rua. Elas vivem nesses espaços, incluindo o Largo da Batata, em condições de grande precariedade, agravadas às vezes por vícios, sobretudo após a Pandemia de Covid 19.

Para permanecer no espaço público, os moradores das cidades precisam se sentir seguros. Uma cidade segura, de acordo com Gehl (2010), convida as pessoas a caminhar, pois possui amplas calçadas, com pavimentação adequada, curtas distâncias de caminhada, árvores e espaços atraentes. No entanto, em São Paulo são raras as ruas que possuem bancos e é comum observar passeios longos e estreitos, sem cobertura natural ou artificial. Isso vai impactar em outro ponto importante, a saúde pública, pois uma cidade que não convida seus cidadãos a caminhar ou andar de bicicleta incentiva uma vida sedentária. Uma cidade que não oferece segurança e condições de locomoção se afasta da ideia de cidade educadora, pois não promove o exercício da cidadania (Gadotti, 2006).

Gehl (2010) apresenta um conjunto de cidades como Nova York, Copenhague e Sydney, nas quais o poder público teve grande intervenção em termos de políticas de melhoria da dimensão humana das cidades. O título de um dos tópicos do livro, “*First we shape the cities, then they shape us*”, é significativo, ao sugerir que se oferecermos mais ciclovias, surgirão mais ciclistas, por exemplo. As decisões de cima para baixo impactam de fato a vida dos cidadãos e seus comportamentos. E quando os cidadãos decidem resistir às decisões do poder público, utilizando os espaços da forma como consideram mais adequado, pois não há políticas públicas de uso mais humano das cidades? Aí observamos as decisões de baixo para cima sendo tomadas pela população ou após forte pressão social.

São Paulo é uma cidade que foi construída sob os moldes do antigo paradigma

urbano de funcionalidade, mas parte de sua população começa a sentir os efeitos desse modelo, pois “há uma correlação entre melhorias para as pessoas no espaço urbano e visões para alcançar cidades vibrantes, seguras, sustentáveis e saudáveis”⁸ (Gehl, 2010, p. 7). Assim, percebemos que grupos de pessoas vêm se unindo em coletivos para resistir às decisões do poder público e propor alternativas de ocupação de espaços como o Largo da Batata, transformando São Paulo numa *Rebel City*, conforme David Harvey (2012).

O histórico de lutas brasileiro é lembrado por esse autor, que indica a importância dos movimentos sociais urbanos na luta por cidades mais amigáveis, ou seja, que ajudam a moldar exigências políticas e culturais. O que acontece nas ruas (e on-line) é especialmente importante para entender o novo paradigma urbano, de forma mais espontânea, orgânica. Assim, retomando a teoria de Lefebvre, Harvey (2012) nota a atualidade e pertinência da proposta de movimento revolucionário do pensador francês, como a “reunião espontânea num momento de ‘irrupção’; quando grupos heterotópicos dispersos veem de repente, só por um momento fugaz, as possibilidades de ação coletiva para criar algo radicalmente diferente”⁹ (Harvey, 2012, p. 17).

De fato, isso representa bem o momento paulistano que percebemos surgir no Largo da Batata e em outros locais da cidade. São cidadãos que se reúnem nos chamados “coletivos urbanos” preocupados com questões do cotidiano. Esses coletivos possuem o objetivo de propor algo diferente para a cidade e os espaços em que atuam, suas propostas tomam diferentes contornos com o uso das novas tecnologias e das novas mídias.

Para analisar as atividades realizadas por estes indivíduos dos coletivos mencionados e entendidos por nós como “movimento social” (ou parte de um), é válido definir o termo, bem como compreender a trajetória histórica das mobilizações relacionadas às questões urbanas no Brasil. Por isso, a próxima seção divide-se numa descrição dos movimentos sociais urbanos antes e depois do surgimento desses coletivos.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL

PANORAMA ATÉ A DÉCADA DE 2000

⁸ Tradução nossa, do original: “there are direct connections between improvements for people in city space and visions for achieving lively, safe, sustainable and healthy cities”.

⁹ Tradução nossa, do original: “the spontaneous coming together in a moment of ‘irruption’; when disparate heterotopic groups suddenly see, if only for a fleeting moment, the possibilities of collective action to create something radically different”.

Tilly e Tarrow (2007, p. 8) definem movimento social como uma estratégia de reivindicação contínua, apoiada por performances repetidas, que comunicam suas demandas fundamentadas em organizações, redes, tradições e laços solidários que fortalecem tais iniciativas. Pensando diretamente nos *movimentos sociais urbanos*, Castells (1983, p. 278) caracteriza-os como uma prática coletiva consciente, nascida de questões urbanas, com o poder de gerar transformações significativas, na cultura local e nas instituições políticas, desafiando os interesses sociais dominantes institucionalizados em nível social.

Também é importante notar que, para atingir determinados resultados, os movimentos sociais devem destacar problemas, nem sempre percebidos pelo restante da sociedade, alimentando as ações de protesto dos ativistas. Eles elaboram novos quadros de interpretação por meio dos quais as pessoas podem passar a enxergar antigas injustiças de novas maneiras (Johnston, 2014). Dessa forma, líderes e ativistas do movimento desenvolvem temas e ideias para inspirar ações e atrair novos apoiadores.

Em função do caráter hierárquico e pouco democrático da sociedade brasileira, marcada pelo *clientelismo*, isto é, a troca de favores entre governantes e a população, os movimentos sociais tiveram pouca relevância até 1950. Nesta década, surgem as *sociedades de amigos do bairro* que são apoiadas por setores progressistas da Igreja Católica e fazem reivindicações dos moradores, geralmente de bairros pobres e de classe média, ligadas ao saneamento básico, transportes públicos e moradia. Setores progressistas da Igreja também atuaram em comunidades, ajudando os moradores mais pobres desses locais a se organizarem e reivindicarem direitos. Porém, a ruptura democrática no Brasil prejudicou os movimentos sociais urbanos emergentes de caráter autônomo. Como nota Earle (2017, p. 116): “As táticas repressivas do regime militar, a partir de 1964, contra grupos de trabalhadores, estudantes e camponeses, resultaram na rápida desarticulação das organizações populares emergentes”¹⁰.

De maneira paradoxal, entretanto, em meio ao fechamento político da década de 1970, há um novo fortalecimento de movimentos sociais, no qual as pessoas começaram a imaginar futuros alternativos (Telles, 1994). O rápido crescimento populacional nas áreas

¹⁰ Tradução nossa, do original: “The repressive tactics of the military regime from 1964 onwards against worker, student and peasant groups quickly put down popular organizations that had emerged in the early 1960s”.

urbanas periféricas neste período impulsionou novas reivindicações, levando à emergência de diversos grupos que passaram a observar a pobreza e as condições de vida nas cidades brasileiras (Friendly, 2017). Novamente, a Igreja Católica, mas também urbanistas e intelectuais, colaboraram com esses movimentos sociais urbanos, ajudando a fomentar uma política de cidadania em torno do “direito a ter direitos” (Friendly, 2017, p. 134).

Esses movimentos tiveram papel importante nas mobilizações pró-democracia e na criação, em 1980, do Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1982, do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU). As propostas feitas pelo MNRU para a Constituição de 1988 acabaram diluídas no documento, porém, o discurso construído teria forte influência na elaboração do Estatuto da Cidade. Os movimentos sociais urbanos então adotaram ideias de Lefebvre sobre o “direito à cidade”, porém, numa perspectiva menos utópica que a deste autor, ou seja, estavam mais preocupados com a *inclusão* dos grupos marginalizados na *cidade existente* (Friendly, 2017). Essa dimensão mais “materialista” também foi a tônica das práticas de lobby político dos ativistas, assim como da atuação deles em cargos governamentais, em gestões (principalmente municipais) de partidos de esquerda, nos anos subsequentes.

Pode-se dizer que esse aspecto também caracteriza a emergência, a partir de meados da década de 1980, de outra frente dos movimentos sociais urbanos: a luta pela moradia digna em regiões mais centrais da cidade. Bastante visível na atualidade, em função da cobertura da mídia, os movimentos que ocupam imóveis desocupados no centro, exigindo a posse e requalificação desses prédios para moradias populares, têm entre suas organizações pioneiras a União de Movimentos de Moradia (UMM), criada em 1987 pela reunião de diferentes associações voltadas à moradia popular. Hoje talvez seja mais conhecido o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST). Essas e outras associações inspiram-se no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) provavelmente a organização de movimento social mais conhecida no Brasil.

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Vários estudos têm identificado o surgimento, a partir de meados dos anos 2000, de uma série agrupamento de indivíduos, nos chamados “coletivos urbanos”, dedicados a questionar o modelo de urbanismo e uso da cidade predominante em São Paulo (Giaretta

e Giulio, 2018; Hori, 2017; Maziviero, 2016). Por vezes, esses coletivos têm objetivos diretamente ligados ao urbanismo de determinado espaço da cidade.

Em outras situações, eles desenvolvem uma apropriação da cidade em contextos mais diversificados e com preocupações mais propriamente artísticas, de performance e de ludicidade. Porém,

Todos se unem em torno do mesmo ideal de gerar discussão sobre a prática de construir a cidade através de apropriações e ações imprevisíveis. Chamam a atenção dos cidadãos e atraem olhares aos espaços públicos ociosos, esquecidos pelo poder público e pela sociedade, para ressaltar o ideal de lazer, cultura e convivência em meio ao ambiente urbano. (Hori, 2017, p. 4)

Outro aspecto notável, observado por Hori (2017), é que os coletivos que trabalham na transformação do espaço podem ter ações concentradas em regiões de alta renda, elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), menores taxas de homicídios e menor vulnerabilidade social da cidade. A autora então elabora a hipótese que esses coletivos representam uma contraposição à ideia de Caldeira (2000) de que os jovens da elite procuram se isolar da cidade, o que caracterizaria São Paulo como uma *city of walls*. Isso não seria verdade, ao menos para os segmentos mais jovens dessas elites ativistas, que tendem a compor determinados coletivos urbanos.

Além disso, esses jovens das classes privilegiadas puderam conhecer experiências e vivenciar o espaço público em outras cidades do mundo, dando-lhes a consciência de que a cidade de São Paulo é carente de espaços de qualidade adequados ao uso das pessoas. (Hori, 2017, p. 7)

Ao mesmo tempo, as condições educacionais desses participantes parecem favorecer o uso de tecnologias para a organização e divulgação de suas propostas e ações. Por isso, Giaretta e Giulio (2018), ao analisarem três coletivos da cidade cujas discussões e ações estão voltadas ao espaço urbano, falam na emergência de “novos movimentos sociais”, que seriam profundamente baseados no uso de tecnologias, pois se apropriam das TIC e as utilizam como recurso principal de organização e estruturação de seus grupos, para que posteriormente consigam, por meio da divulgação de informações e conexões realizadas nessas plataformas interativas, elaborar estratégias para influenciar diretamente a tomada de decisão do governo, com visibilidade ampliada de suas reivindicações em canais tradicionais da mídia (televisão e jornal).

Nessa breve descrição e caracterização dos coletivos podemos ver similaridades e

diferenças deles quanto aos movimentos sociais urbanos tradicionais. Um ponto relevante de diferenciação é que as ações dos coletivos, por vezes, carecem de continuidade e se aproximam, como observa Hori (2017), mais da lógica da “animação cultural” do que a da reivindicação urbana e política. Nesse sentido, em razão do período relativamente amplo de existência dos coletivos analisados, cerca de dez anos, poderemos destacar sua resiliência, já que outros surgidos no mesmo contexto desapareceram (Silva e Pina, 2019), e continuidade.

COLETIVOS DE UMA CIDADE EDUCADORA

Embora não possamos enquadrar os coletivos, sempre, como um movimento social organizado, eles podem constituir formas embrionárias de movimentos e, mais ainda, serem ricos espaços de aprendizado e de formação cidadã, sobretudo pensando em sustentabilidade e meio ambiente.

Para compreender se esses coletivos estão alinhados com ideias do novo paradigma urbano, é necessário expor o que vem sendo entendido a respeito disso. Assim, o documento que propõe dez princípios da “cidade que precisamos”, assinado por um órgão coordenado pelo UN-Habitat, afirma que as cidades desse tipo são: (1) socialmente inclusivas e envolventes; (2) econômicas, acessíveis e equitativas; (3) economicamente vibrante e inclusivas; (4) geridas coletivamente e governadas democraticamente; (5) promovem o desenvolvimento territorial inclusivo; (6) regenerativas e resilientes; (7) têm identidades partilhadas e sentido de lugar; (8) bem planejadas, transitáveis e propícias à circulação; (9) seguras, saudáveis e promovem o bem-estar; (10) aprendem e inovam (World Urban Campaign, 2016).

O papel da educação na consolidação desse paradigma é enfatizado, pois os processos educativos promovem o diálogo e o fortalecimento de comunidades de partilha de conhecimentos, “estimulando novos métodos de participação e de empoderamento coletivos”¹¹ (World Urban Campaign, 2016, p. 22). Há uma variedade de dimensões pedagógicas, como destaca o documento, que podem estar relacionados a essas preocupações, por exemplo, a educação para a paz e para a resolução de conflitos. O estudo dessa temática proporciona bases mais sólidas para a participação e sistematização

¹¹ Tradução nossa, do original: “stimulating new methods of participation and collective empowerment”.

de experiências locais que podem ser compreendidas à luz de conhecimentos de teor mais geral.

A atuação do grupo *Batatas Jardineiras* demonstra essa possibilidade, ao exemplificar o que Maria Alice Setúbal (2015) aponta como o “poder dos coletivos”, em termos de auxílio no processo de ensino da sustentabilidade nas escolas, ao produzir transformações nos lugares, despertando múltiplas aprendizagens. As hortas urbanas, relata, atingem um número cada vez maior de pessoas em São Paulo, tendo brotado informalmente e dando vida a terrenos baldios e praças, tais como o Largo, com pessoas oriundas dos bairros da classe média paulistana (Setúbal, 2015).

É a partir desse contexto que podemos perceber a complementaridade entre o novo paradigma urbano e o conceito de *cidade educadora* (Gadotti, 2006), bem como a discussão sobre as potencialidades educativas das cidades (Côco *et al.*, 2018) para promover aspectos importantes da formação humana, particularmente em termos de cidadania. É importante referir que entendemos como cidadania a consciência e o exercício pleno dos direitos e deveres em sociedade, de forma democrática (o que se associa diretamente ao princípio 4 do documento mencionado).

Como refere Gadotti (2006, p. 134): “Na cidade que educa, todos os seus habitantes usufruem das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento que ela oferece”. Cidades assim, como estabelecem os princípios 1 e 9, são “inclusivas” e “promovem o bem-estar”. Para isso, espaços de convivência como o Largo da Batata têm possibilidade de oferecer cultura para seus habitantes de forma gratuita e enriquecedora, sobretudo se forem seguros, amplos e agradáveis, como também recomenda o princípio 9. Várias intervenções educativas e culturais já foram realizadas na Batata, comprovando a pujança cultural do espaço público e seu potencial educador.

Observamos na perspectiva de Gadotti (2006, p.136) que: “Na cidade que educa, o cidadão caminha sem medo, observando todos os espaços. Temos que aprender a nos locomover na cidade, caminhar muito por nossas ruas”, ou seja, num sentido muito semelhante às propostas de ação dos coletivos da Batata, cujo trabalho se concentra em resgatar árvores, plantar e cuidar de hortas urbanas, apoiar as pessoas em situação de rua com solicitação de banheiros químicos junto ao poder público, colaborando também com a limpeza do ambiente etc. A atuação destes grupos é muito significativa em termos do

estabelecimento do *olhar* para a cidade proposto por Paulo Freire e resgatado por Gadotti (2006), de forma a aprender com o mundo, sem ignorá-lo, como dissemos. Num contexto hostil ao pedestre, é fácil ignorar a cidade quando estamos dentro dos carros ou dos transportes públicos e evitamos a todo custo andar a pé, pois não temos sombra, sensação de segurança, nem tempo para usufruir as diversidades presentes na metrópole.

Pensando ainda nas cidades como instâncias educativas, Marino (2021, p. 237) relembra três dimensões propostas por Bernet (1997) para a educação nos espaços urbanos: *aprender na cidade, aprender com a cidade e aprender a cidade*. Assim, a literatura que entende a cidade como espaço de aprendizado apresenta certa polissemia nos termos utilizados, por isso alguns optam pelo termo “Educação na Cidade”: “pressupondo que Educação em seu sentido amplo depreende processos de apropriação de conhecimentos diversos e pode ser efetivada em variados locais” (Vasconcelos e Chisté, 2018, p. 54).

METODOLOGIA

A metodologia adotada possui caráter qualitativo e exploratório. Optamos por observar apenas um território que consideramos extremamente educativo, por isso o estudo do Largo da Batata.

Uma vez que a internet possui um papel fundamental na reunião de coletivos urbanos, conforme apontam as nossas análises e a bibliografia consultada, nesse artigo analisamos principalmente a comunicação digital, e sua dimensão educativa, produzida pelos coletivos *A Batata Precisa de Você* e *Batatas Jardineiras*, num site produzido pelo primeiro coletivo (<http://largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/>), que conta com materiais como cartilha e vídeo, e em redes sociais de ambos os grupos: Facebook (grupo fechado e páginas) e Instagram. Também realizamos observação não participante do local durante cerca de quatro anos, quando os autores residiram nas proximidades, entre 2016 e 2020.

Para a análise do grupo fechado “A Batata Precisa de Você”, tornamo-nos membros e coletamos individualmente as informações de todas as publicações realizadas entre agosto de 2017 e agosto de 2018, período em que o coletivo estava mais ativo nas redes. Montamos uma base de dados com análise de 376 publicações, composta por seis variáveis: data, autor, tópico, comentários, likes e compartilhamentos.

Num processo de Análise do Conteúdo (AC), inicialmente foi feita a leitura dos textos de cada postagem, observando sua relação com as imagens e conteúdos audiovisuais, quando era o caso. Isso permitiu elaborar “códigos”, que são as unidades elementares da AC, a partir dos interesses da pesquisa (Sampaio e Lycarião, 2021). No caso, procuramos entender, num primeiro momento, *com que finalidade eram feitas as postagens*. Os códigos elaborados indutivamente foram enriquecidos pelas discussões teóricas, dando origem às categorias que operacionalizam essa etapa da pesquisa.

Assim, ao elaborarmos as categorias Vizinhança Ampliada e Conscientização, nos baseamos na literatura sobre comunidades e vizinhança (Mosconi *et al.*, 2017; Tayebi, 2013; Wynn, 2016), especialmente a ideia de Tayebi de *communihood*, na qual são tencionadas as noções mais clássicas de comunidade e vizinhança (e suas diferenças), especialmente considerando as tecnologias emergentes. “Na comunidade ampliada [*communihood*], o local é um dos principais fatores que definem a identidade dos membros, que também se estendeu a esferas on-line através das mídias sociais”¹² (Tayebi, 2013, p. 84). Foram construídas ainda duas outras categorias e o conjunto foi capaz de ter as características de homogeneidade, exclusividade – ou seja, uma postagem foi classificada apenas em uma categoria – e exaustividade, com as categorias sendo capazes de compreender todos as postagens analisadas.

As categorias desenvolvidas e suas características de conteúdo são descritas conforme se segue:

- 1) Vizinhança Ampliada: postagens sobre ajuda de vizinhança, divulgação de eventos para todas as pessoas potencialmente interessadas, não necessariamente moradoras próximas;
- 2) Mobilização: mensagens com a finalidade de mobilizar pessoas para trabalhos na praça, convocação para reuniões;
- 3) Problematização: textos que apresentem discussão sobre impactos de leis e ações políticas;
- 4) Conscientização: conteúdo sobre urbanismo, ações ecológicas e sustentáveis não necessariamente ligadas ao largo.

¹² Tradução nossa, do original: “In *communihood*, place is one of the main factors that defines the identity of members, which also extended to online spheres via social media”.

A última etapa da pesquisa, foi concluída em 2023, quando fizemos o levantamento de todas as postagens dos dois coletivos em ambas as plataformas e cotejamos os resultados.

DISCUSSÃO

O LARGO DA BATATA

O Largo da Batata é uma região de área livre (entrecortada por duas grandes avenidas) com um total de área de praças de 23.000m². Localizado no bairro paulistano de Pinheiros, o local possui importância histórica, especialmente pela sua localização geográfica como ponto de travessia do rio Pinheiros desde as trilhas indígenas (Caldeira, 2015; Petrone, 1963). Como local de passagem, o comércio se desenvolveu na região especialmente a partir de 1910, com a inauguração do Mercado de Pinheiros, na região do Largo. Um dos produtos mais vendidos eram as batatas, produzidas em larga escala por agricultores (muitos de origem japonesa) das regiões próximas a São Paulo. Com o crescimento populacional avassalador (chegando a índices de 400% entre as décadas de 1940 e 1960, em Cotia), as populações dessas regiões mais periféricas continuaram a se deslocar a São Paulo via Largo da Batata (Caldeira, 2015). Por isso, durante muitos anos o local foi sede de um dos terminais de ônibus mais movimentados da cidade, resultando em problemas de congestionamento e poluição. Devido a isso, os projetos de alargamento de avenidas estiveram em discussão pelo poder público por décadas.

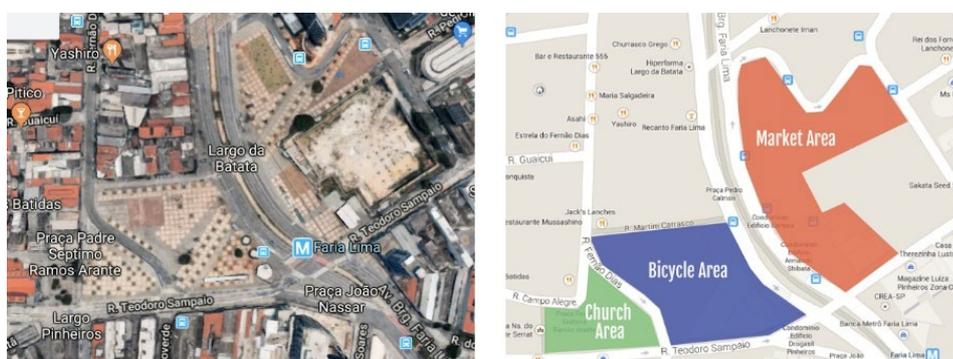


Figura 1: Visão geral do Largo da Batata

Fonte: Google Maps

O grande número de desapropriações previstas para a extensão da avenida Faria

Lima (que corta atualmente o Largo), na proposta de retomada do projeto em 1993, gerou insatisfação e resistência dos moradores de classe média que formavam o Movimento Pinheiros Vivo¹³. Mais de dez anos se passaram, após diferentes trocas de governos, a inevitável expansão da avenida Faria Lima e diversas pressões populares, e foi proposta uma Reconversão Urbana do Largo da Batata em 2001, obra que só foi “finalizada” em 2013.

O Movimento Pinheiros Vivo indica a tradição de união dos moradores do bairro de Pinheiros e sua consciência da necessidade de uma gestão urbana mais participativa há mais de 15 anos. É provável que os atuais coletivos urbanos da região sejam herdeiros desses antigos movimentos, com formas atuais de articulação por meio das tecnologias emergentes.

BATATAS ATIVISTAS: OCUPAR E RESISTIR

A *Batata Precisa de Você* e *Batatas Jardineiras* são coletivos formados por moradores e frequentadores do Largo da Batata, com organização horizontal que se autodeterminam como “movimento de cidadania e concretização social e urbana”. O *Batatas Jardineiras* foi criado, em 2014, por cinco integrantes do primeiro coletivo que, por sua vez, surgiu um ano antes. Ambos atuam, ainda hoje, de maneira concomitante.

A proposta dos grupos é transformar o espaço em um local mais humano e de convivência social. Sobretudo no início, o *Batata Precisa de Você* realizava ações semanais de ocupação do espaço, com bons resultados de mobilização formativa e transformativa – daí, inclusive, o surgimento do outro coletivo. Além das ações de ocupação visando fortalecer a relação afetiva da população com o espaço e realização de benfeitorias, o coletivo também reivindica uma gestão mais participativa junto ao poder público.

Outra ação afirmativa realizada foi o site do coletivo *A Batata Precisa de Você*, cujos conteúdos midiáticos foram viabilizados com apoio da prefeitura da São Paulo via edital “Redes e Ruas” de 2014, em parceria com as secretarias municipais de Cultura, de Direitos Humanos e Cidadania e de Serviços, ainda durante a gestão do prefeito Fernando Haddad

¹³ Em 1994 o movimento tinha bastante expressão: “Movimento Pinheiros Vivo pede tombamento de igreja ao Estado”, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/18/cotidiano/33.html> e “Pinheiros pode ter mais desapropriações”, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/30/cotidiano/24.html>

do PT¹⁴. O site possui, além das informações sobre o grupo e agenda de eventos aberta à solicitação popular, dois materiais importantes: uma publicação/manual de ocupação e um vídeo. Esta publicação (pdf) é bastante rica e extensa (66 páginas), com histórico do Largo, do grupo e seus ativismos, justificados por meio de conceitos teóricos do campo do urbanismo, pois uma das fundadoras do coletivo é arquiteta e ativista.

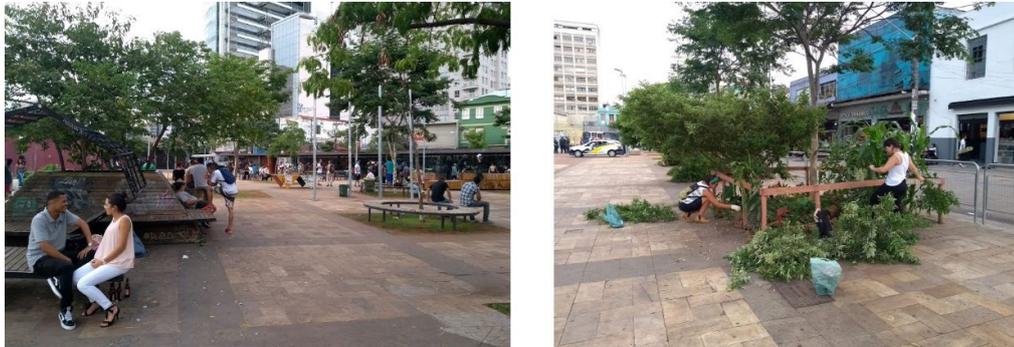


Figura 2: Cidadãos na Batata; *Batatas Jardineiras* cuidam do espaço

Fonte: Arquivo dos autores

Outra característica importante do manual é sua dimensão educativa, pois ensina a prática de táticas urbanas – projetos rápidos e temporários que demonstram potencial de mudança. Uma das ações mais atrativas feita pelo coletivo foram oficinas de marcenaria, realizadas entre 2014 e 2015, no próprio Largo. Nessas atividades, de acordo com Silva e Pina (2019), o movimento proporcionava uma educação não formal, ao promover esses eventos nos quais as pessoas contribuíam com a habilidade ou conhecimento, capacitando outras pessoas.

Ainda sobre a cartilha, ela descreve formas de ativação cultural e feitura de mobiliário temporário (como o das oficinas), explica a importância de conhecer os instrumentos legais, incluindo resumo da legislação de uso do espaço público e inclui um manual de ocupação com a sistematização do processo realizado pelo coletivo. Já o vídeo é um minidocumentário com depoimentos e imagens de ações realizadas, ilustrativo e complementar à cartilha. O desenvolvimento de materiais midiáticos de qualidade indica

¹⁴ Prefeito Fernando Haddad lança o edital 'Redes e Ruas', para a seleção de projetos de inclusão, cidadania e cultura digital: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/promocao_do_direito_a_cidade/noticias/?p=176998

que o coletivo assume a importância dos meios de comunicação como estratégia de divulgação e mobilização.

A longevidade destas ações coletivas no Largo da Batata também chama a atenção, pois, ao longo dos anos, fomos observando tanto a transformação do espaço, como os percalços e conquistas desses coletivos. Em 2023, as *Batatas Jardineiras* ganharam relevância na mídia *mainstream* quando apareceram na capa do jornal *Folha de S. Paulo*, conforme observamos na Figura 3.



Figura 3: Cidadãos na Batata; *Batatas Jardineiras* cuidam do espaço

Fonte: Página do Instagram @batatasjardineiras

DEFENSORES DA BATATA NAS REDES SOCIAIS

Discutiremos, agora, a análise do grupo fechado no Facebook “A Batata precisa de você”, formado por 5,8 mil membros (fevereiro de 2024). Como a maior parte das comunidades, embora haja um número expressivo de pessoas, há predominância de um núcleo de massa crítica do grupo formado pelos que mais publicam e mobilizam a página. Esse grupo é composto por nove pessoas que participam com mais frequência (média de uma postagem por semana) do que os demais, mais esporádicos. Cada um desses ativistas mais engajados desempenha um claro papel no grupo, onde podemos estabelecer uma espécie de tipologia identitária: o filantropo, as ativistas das questões ecológicas (também

participantes do coletivo Batatas Jardineiras), a urbanista, o mobilizador das causas conexas (mobilizações em outras praças), a participante engajada nos conselhos municipais, o divulgador das propostas culturais e assim por diante.

Em termos de interação e participação, 89,6% das publicações, no período analisado, obtiveram like, 46% receberam comentários e 37% foram compartilhadas. Percebemos, no entanto, que alguns membros possuem maior capacidade de mobilizar do que outros. Na verdade, é a massa crítica do coletivo que consegue engajar efetivamente os demais e mobilizar o grupo para as discussões mais problematizadoras. É importante notar que a mesma massa crítica mobilizadora do on-line coincide com o grupo que também está presente mais frequentemente na praça, pois as fotos postadas denotam tal participação ativa, o que também foi notado durante a observação. Como a identidade das postagens nunca é anônima, reconhecemos as pessoas presentes no grupo on-line no off-line.

A análise de um ano de postagens (2017, um dos anos mais participativos do grupo) resultou em 376 publicações, ou seja, em média uma publicação por dia (Gráfico 1). Embora haja, nesse período, uma distribuição bastante homogênea em termos quantitativos das quatro categorias estabelecidas, as publicações classificadas como *Mobilização* e *Problematização* foram as mais comentadas, com mais likes e mais compartilhamentos. Isso denota que as convocações para realizar reuniões e trabalhos coletivos na praça obtiveram bastante engajamento, assim como a discussão sobre ações políticas e impactos das atividades realizadas, incluindo as reportagens publicadas nos veículos da mídia *mainstream* sobre as mudanças no Largo da Batata.



Gráfico 1: Categorias mais frequentes nas postagens no Facebook
Fonte: Elaboração dos autores

Os picos de discussão geral ocorreram entre os meses de agosto e outubro (Figura 4), pois no dia 13 de setembro a prefeitura de São Paulo decidiu inaugurar obras no Largo da Batata que segundo os coletivos consistiram em apenas um mastro com a bandeira do Brasil e poucos bancos de concreto sem encosto. As demais benfeitorias não foram realizadas pelo poder público e tinham sido ações dos coletivos. Na mesma data, o coletivo A Batata Precisa de Você organizou uma “desinauguração” como resistência ao ato político agendado.

Um pouco antes desse período, dois posts geraram polêmica e circularam tanto no grupo como nas páginas dos dois coletivos. São dois vídeos produzidos por uma ativista que participa dos dois coletivos e que foram classificados na categoria problematização. No primeiro, ela relata que saiu de casa para aguardar os canteiros cultivados pelas Batatas Jardineiras e quando chegou ao local percebeu que a prefeitura havia destruído o plantio e que as mudas tinham sido descartadas.

No segundo, ainda mais polêmico, ela grava seu “encontro” com o subprefeito de Pinheiros no Largo e o acompanha, sempre com a câmera na mão, questionando-o a respeito do descumprimento dos acordos que teriam sido firmados entre os coletivos e a subprefeitura (citando o caso dos canteiros destruídos). Percebemos que a cobertura desses eventos muito se assemelha à mídia alternativa que surge a partir das jornadas de junho. Os ativistas dos coletivos de hoje utilizam estratégias semelhantes: informalidade e

relatos em primeira pessoa, filmagem com câmeras de celular, linguagem combativa e questionadora, publicação quase instantânea dos acontecimentos.

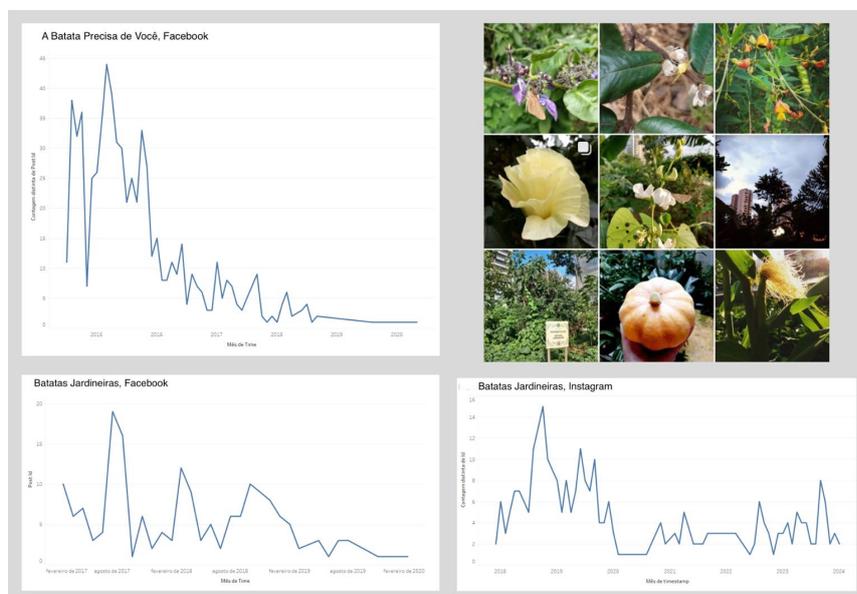


Figura 4: Distribuição/quantidade de postagens no tempo de @batatasjardineiras e @abatataprecisadevoce

Fonte: Elaboração dos autores e página do Instagram @batatasjardineiras

Uma análise mais geral e longitudinal das postagens dos grupos “A Batata Precisa de Você” no Facebook (o grupo não possui página no Instagram) e “Batatas Jardineiras” no Facebook e no Instagram foi realizada para mapear os picos de publicação ao longo dos anos. Nas figuras a seguir, podemos notar entre 2015 e 2018 anos de grande movimentação nestas páginas, com número mais elevado de postagens (média de 20 por mês). De 2018 a 2020, temos alguns outros momentos com maior publicação, ecoando bastante os atos em protesto pela democracia, ameaçada pelo então governo federal de extrema direita, os quais foram apoiados por estes coletivos.

Após 2020, há uma queda brusca na presença digital dos grupos, em especial o *Batata Precisa de Você* que é basicamente encerrado em virtude da pandemia de Covid-19. Já o *Batatas Jardineiras* resiste ao tempo, mas publica com menor frequência, mas até 2024, pelo menos, a página do Instagram foi bastante alimentada com fotos dos “frutos” colhidos pelos jardins e hortas plantadas no início do movimento (Figura 4).

É interessante observar essa militância, pois não é, de maneira alguma, em vão que cidadãos comuns, em princípio sem nenhum interesse político, continuem motivados a lutar por importantes melhorias coletivas do espaço público, por uma cidade verdadeiramente educadora. O tom do discurso do *Batatas Jardineiras* é um misto de esperança – que nos faz lembrar o livro de Castells, *Redes de indignação e esperança* (2017), e resistência. Muitos também são os pedidos de doação, para dar continuidade ao trabalho, que, apesar de ser voluntário, não significa apenas uma boa ação, mas reivindicação, ativismo. É uma ação, como acreditamos ter mostrado, profundamente alinhada aos princípios do nosso paradigma urbano, pois está preocupado em promover um ideal de cidade mais participativa e propícia ao usufruto comum.

Em 2023, coincidência ou não, após a reportagem da *Folha de S. Paulo* que nomeou as ações destes coletivos como *jardinagem de guerrilha*, o grupo conseguiu autorização do poder público local para solicitar junto à empresa de água e esgoto um ponto de água no Largo. Embora seja um bem comum, uma das ativistas teve que assumir, em seu nome, o registro da conta. Por isso, a página do Instagram é também um meio de comunicação importante para recebimento de doações.

Pesquisar e analisar todos estes dados nos fizeram concluir que poucos são os cidadãos que circulam pela cidade de São Paulo, por locais como o Largo da Batata, olhando efetivamente ao seu redor, considerando a cidade como um espaço de aprendizados.

CONSIDERAÇÕES

Conforme nossas análises, percebemos que os ativistas se reúnem em ambos os espaços, virtual e real, com questões e preocupações específicas de melhoria de um espaço importante de um bairro tradicional da cidade. E, de acordo nossa hipótese, esses coletivos estão colaborando com alguns dos princípios para um novo paradigma urbano do programa das Nações Unidas (UN-Habitat programme), particularmente quanto a tornar a cidade mais inclusiva e envolvente, promovendo o bem-estar dos moradores das metrópoles.

Observamos que estas são, de fato, as preocupações que guiam os propósitos dos coletivos *A Batata Precisa de Você* e *Batatas Jardineiras*. No geral, os coletivos foram

bastante coerentes em instâncias como a proposição ideológica inicial bem fundamentada, materializada em forma cartilha, o que denota o alto conhecimento e escolaridade dos membros fundadores, nas ações presenciais bem orquestradas e nos ativismos virtuais que auxiliam no processo de engajamento.

Foram ações, ao mesmo tempo, efêmeras e com continuidades, com resultados efetivos e visíveis, gestadas pelo coletivo e apropriadas pelo poder público, desde mobiliário urbano, construção de um bosque com uma grande variedade de espécies, um jardim de chuva, faixas de pedestres até a real ocupação regular do espaço. Hoje o largo é visivelmente habitado por diferentes razões, tornou-se não apenas espaço de passagem, mas de descanso, de convivência e cenário de eventos que vão de shows a atos de protesto.

É possível, assim, concordar com a avaliação de outros autores sobre os processos de mobilização desenvolvidos no Largo da Batata, que notam que:

as ações de ativismos, insurgências e resistências abriram espaço para o fortalecimento de novas oportunidades colaborativas dentro do processo de produção urbana. Na contramão do atual modelo econômico, o exercício da cidadania cultural, através da ação no espaço, é essencial para encontrar soluções para os problemas urbanos. (Marino e Barbosa, 2022, p. 957)

Por outro lado, notamos uma dimensão educativa em vários aspectos observados, desde a presença de ativistas no Largo, que acabam realizando atividades de educação não formal (*aprender na cidade*), promovem discussões qualificadas sobre as possibilidades de uso e de gestão do espaço urbano (*aprender a cidade*, possível instância de educação para a cidadania) e, ao chamar a atenção dos transeuntes e pessoas que consomem os conteúdos midiáticos produzidos sobre o espaço, favorecem processos de “leitura” da cidade que podem ensejar diferenças reflexões e conhecimentos (*aprender com a cidade*), por exemplo, no sentido de questionar o valor dos mutirões em que pessoas limpam, plantam e cuidam de um espaço cuja responsabilidade, a rigor, é do poder público.

Futuras propostas de pesquisa poderão observar se há, ou pode haver, a transformação do espaço físico e de seus âmbitos digitais (a “vizinhança alargada”), de fato, num “território educativo”, noção fomentada desde a Carta de 1989, e subsequentemente em diferentes marcos legais e textos de referência do Ministério da Educação, estando geralmente alinhada com esforços ligados à Educação Integral,

conforme mostram Pedro e Stecanela (2019). Nessa direção será preciso entender se há alguma interlocução dos ativistas com instituições de educação formal da região ou se os professores da vizinhança já refletem e fazem uso do Largo da Batata – e dos espaços digitais ligados a ela – em atividades pedagógicas, por exemplo, de estudo do meio, projetos etc.

REFERÊNCIAS

BERNET, Jaume. Ciudades educadoras: Bases conceptuales. In: ZAINKO, M. (org.). **Cidades Educadoras**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997. p. 13-32.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.

CALDEIRA, Daniel Ávila. **Largo da Batata: transformações e resistências**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CALDEIRA, Teresa. **City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo**. Berkeley, CA: University of California Press, 2000.

CASTELLS, Manuel. **The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2017.

CÔCO, Dilza *et al.* **Educação na cidade: conceitos, reflexões e diálogos**. Vitória: Edifes, 2018.

EARLE, Lucy. **Transgressive citizenship and the struggle for social justice: the right to the city in São Paulo**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2017.

FERNANDES, Edésio. Constructing the 'right to the city' in Brazil. **Social and Legal Studies**, Thousand Oaks, CA, v. 16, n. 2, p. 201-219, 2007. <https://doi.org/10.1177/0964663907076529>

FRIENDLY, Abigail. Urban policy, social movements, and the right to the city in Brazil. **Latin American Perspectives**, Thousand Oaks, CA, v. 44, n. 213, p. 132-148, 2017. <https://doi.org/10.1177/0094582X16675572>

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec: pesquisa e ação educacional**, v. 1, n. 1, p. 133-139, 2006.

GEHL, Jan. **Cities for people**. Washington, DC: Island Press, 2010.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer; GIULIO, Gabriela Marques Di. The role of the Information and Communication Technologies (ICT) in the urban 21st century and in the emergence of new social movements: reflections on experiences in the São Paulo megacity. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, Presidente Prudente, SP, v. 20, n. 1, p. 161-179, jan./abr. 2018. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n1p161>

HARVEY, David. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. Verso books, 2012.

HORI, Paula. Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo. **Anais Enanpur**. São Paulo, ANPUR, pp.1-17, 2017.

JOHNSTON, Hank. **What is a Social Movement?** Cambridge, UK: Polity Press, 2014.

MARINO, Cintia Elisa de Castro; BARBOSA, Eliana Rosa de Queiroz. Ativismos e insurgências no Largo da Batata em São Paulo. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 24, n. 55, pp. 937-962, set/dez 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5504>

MARINO, Leonardo Freire. A cidade e seus caminhos: o espaço urbano como currículo e itinerário formativo. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, v. 4, n. 3, p. 231-248, 2021.

MARINO, Leonardo Freire (org.). **A cidade como sala de aula: educar e aprender no território**. Curitiba: CRV, 2023.

MAZIVIERO, Maria Carolina. Insurgent Urbanism: alternative modes of production and appropriation of urban space in the outskirts of Sao Paulo. In: HEIN, Carola (ed.). **International Planning History Society Proceedings**, 17th IPHS Conference, History-Urbanism-Resilience, TU Delft 17-21 July 2016, v. 02, p. 259. TU Delft Open, 2016. <http://dx.doi.org/10.7480/iphs.2016.2.1241>

MOSCONI, Gaia et al. From Facebook to the Neighbourhood: Infrastructuring of Hybrid Community Engagement. **Computer Supported Cooperative Work**, Cham, v. 26, n. 4-6, p. 959-1003, 2017. <https://doi.org/10.1007/s10606-017-9291-z>

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves; SEGURADO, Rosemary. Web activism in São Paulo: new political practices. **Books and Ideas**, 14 jul. 2014. Disponível em: <http://www.booksandideas.net/Web-Activism-in-Sao-Paulo-New.html>

PEDRO, Joanne Cristina; STECANELA, Nilda. O Território Educativo na política educacional brasileira: silêncios, ruídos e reverberações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 583-600, 2019. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.14n2.010>

PETRONE, Pasquale. **Pinheiros: aspectos geográficos de um bairro paulistano**. São Paulo: EDUSP, 1963.

ROLNIK, Raquel. Ten years of the City Statute in Brazil: from the struggle for urban reform to the World Cup cities. **International Journal of Urban Sustainable Development**, Thames, v. 5, n. 1, p. 54-64, 2013. <https://doi.org/10.1080/19463138.2013.782706>

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SETUBAL, Maria Alice. **Educação e sustentabilidade**: princípios e valores para a formação de educadores. São Paulo: Editora Peirópolis, 2015.

SILVA, Bianca Jo; PINA, Silvia A. Mikami G. Produção imaterial do espaço e a realização dos desejos urbanos. **arq.urb**, São Paulo, n. 23, p. 133-146, 2019.

TAYEBI, Ali. "Communihood:" A less formal or more local form of community in the age of the internet. **Journal of UrbanTechnology**, Thames, v. 20, n. 2, p. 77-91, 2013. <https://doi.org/10.1080/10630732.2013.769317>

TELLES, Vera da Silva. The 1970s: political experiences, practices and spaces. In: KOWARICK, Lúcio (Ed.). **Social struggles and the city**: the case of São Paulo. New York: Monthly Review Press, 1994. p. 174-201.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

VASCONCELOS, Simone; CHISTÉ, Priscila. Reflexões sobre cidade educativa, cidade educadora, município que educa e educação na cidade. In: CÔCO, Dilza et al. (orgs.). **Educação na cidade**: conceitos, reflexões e diálogos. Vitória: Edifes, 2018. p. 35-60.

WELLE, Ben. Public space in cities – What’s the measuring stick? **The City Fix**, Washington, DC, 9 mar. 2016. Disponível em: <http://thecityfix.com/blog/measuring-public-space-cities-sdg-habitat-indicator-ben-welle/>

WYNN, Jonathan. An arson spree in college town: community enhancement through media convergence. **Media, Culture & Society**, Thousand Oaks, CA, v. 39, n. 3, p. 357-373, abr./out. 2016. <https://doi.org/10.1177/016344371664617>

WORLD URBAN CAMPAIGN. **The City We Need 2.0**: Towards a New Urban Paradigm. Praga: Un-Habitat Programme. Disponível em: https://fidic.org/sites/default/files/The%20City%20We%20Need%20TCWN%202.0_ADOPTED.pdf

NOTA DE REVISÃO

Revisão: Rosália Maria Netto Prados. Doutora pela FFLCH/USP

Recebido em: 07/03/2024

Parecer em: 15/03/2024

Aprovado em: 09/04/2024